| Data: | **16 de outubro de 2024** |
| --- | --- |
| Local: | Windsor Guanabara Hotel - Centro, Rio de Janeiro-RJ |
| Grupo de Trabalho (GT): | Luiz Gama |
| Horário de início: | 14h46 |
| Horário de término: | 16h10 |
| Quantidade de presentes: | 17 participantes + técnicos |
| Relatores: | Beatriz Bretas e Letícia Lembo |

**Facilitadores:** Laurenice Pires, Fernando Domene, Sthephany Damasceno e Maria Taíres

**Dinâmica 3: Perguntas disparadoras**

1. Como um observatório poderia contribuir para o monitoramento e avaliação da saúde da população negra e da PNSIPN?
2. Como o observatório poderia contribuir com as atividades (boas práticas) de profissionais, pesquisadores, gestores, usuários, movimentos sociais e sociedade civil?

**Material:** Quadro, cartolina branca, caneta piloto preta, bloco de papel e caneta azul.  
Após o retorno do almoço, o grupo retomou os comentários sobre os assuntos abordados anteriormente. Clarissa França foi nomeada relatora do flip chart, representando todo o grupo na apresentação aos demais participantes do evento.

**Bianca Lopes:** A estrutura do observatório deve ser definida como uma fonte de dados que combine informações qualitativas e quantitativas. É fundamental que seja uma entidade permanente, configurando-se como um órgão colegiado que proporcione robustez aos dados, transformando-os em algo concreto e propositivo para o estado e para a gestão da saúde.

**Melina Teixeira:** O observatório deve ser um local central para a tomada de decisões do SUS, utilizando as informações coletadas para fundamentar essas decisões.

**Mara Lucia:** O observatório deve ter uma atuação mais incisiva nas políticas territoriais e na formação de agentes políticos locais. É essencial que as comunidades tenham acesso a informações em um único local, funcionando como uma central de dados que represente um diferencial.

**Richarlis Martins:** É importante que o observatório forneça informações qualificadas sobre a população negra e atue como um instrumento que fortaleça a participação e o controle social no enfrentamento do racismo no SUS.

**Laurenice Pires:** Refuta a definição proposta por Maria Inês sobre o observatório.

**Maria Inês:** Considerando a complexidade da política antirracista, é vital garantir um atendimento integral à população negra, quilombola, ciganos e indígenas. O objetivo deve ser transformar a saúde da população negra em uma política antirracista transversal, abrangendo diversas áreas. Quando o Brasil estabelece relações internacionais em saúde, isso deve ser feito com valorização, não como um favor, permitindo a discussão de temas complexos.

**Melina Teixeira:** Sugere um foco em promover saúde sem racismo.

**Joilda Nery:** É crucial lembrar o acolhimento histórico para que as políticas não sejam descontinuadas. Devemos concentrar a documentação da trajetória dessas políticas.

**Maria Thaires:** Há um esforço contínuo para construir e modificar assuntos relacionados à política nacional, incluindo projetos e planos de ação.

**Izabel Cristina:** É importante evidenciar a vulnerabilidade da saúde da população negra, apresentando uma realidade documentada sobre as questões discutidas, e não meramente opiniões superficiais.

**Maria Inês:** A política de saúde deve ser antirracista e não patriarcal, unificando nossas lutas e fomentando alianças com os povos indígenas. É necessário acompanhar a formação dos profissionais de saúde, que não devem ser educados com a ideia de meritocracia. Devemos avançar em uma política que aborde todas as facetas do racismo e promover uma abordagem antirracista em todas as esferas do Sistema Único de Saúde, desde a gestão até a formação e atuação no território.

**Valber Frutuoso:** A principal contribuição do observatório reside no contexto reflexivo que ele oferece. Se conseguirmos avançar nessa compreensão, o observatório cumprirá um papel diferenciado, tratado e discutido, fortalecendo sua contribuição.

**Camila Rodrigues:** É fundamental publicizar as ações realizadas pelos gestores e educadores dentro do observatório. Com dados e políticas claras, o observatório pode incentivar práticas adequadas ou, ao contrário, constranger ações que não estejam alinhadas com sua proposta central.

**Melina Teixeira:** É essencial manter uma boa comunicação e inovar na interação com a população negra, assegurando que suas necessidades sejam atendidas.

**Maria Inês:** Deve-se avaliar e estudar as políticas antirracistas já existentes, utilizando estratégias estabelecidas para que os planos de ação estejam em conformidade com diretrizes prévias, evitando a coleta de dados desagregados. É necessário implementar o plano de estratégias da política antirracista no observatório, desde o planejamento até a operacionalização da normativa.

**Joilda Nery:** É importante concentrar dados e indicadores relevantes para diferentes segmentos da população negra, incluindo aqueles em situação de rua, a população privada de liberdade e a população quilombola, além dos povos de religiões de matriz africana.

**Rui Leandro:** A comunicação deve ser popular, visando à revolução de base, para que a população se aproprie das políticas e cobre sua execução em seus territórios.

**Melina Teixeira:** É crucial reconhecer que a população carcerária negra enfrenta condições alarmantes, incluindo o descaso em relação a doenças mentais graves.

**Adriano Borges:** É fundamental que a informação seja levada aos municípios, permitindo que estes exerçam controle social, com base em documentos e dados provenientes do observatório.

**Maria Inês:** Planos que não incorporam os componentes das diretrizes devem ser elaborados de forma a incluir indicadores que sejam adequados e moderados.

**Rui Leandro:** O ministério enfrenta limitações na geração de múltiplos planos de saúde, mas a utilização de inteligência artificial pode possibilitar análises mais profundas e abrangentes.

**André Silva:** É necessário realizar a estratificação dos indicadores desde as gestões de base, incluindo monitoramento e avaliação que se integrem tanto com os gestores locais quanto com o ministério da saúde.

**Maria Inês:** Os dados devem fluir da base para o topo, e o observatório deve ser um espaço que demonstre a luta antirracista, promovendo a potencialização da população negra.

**Richarlls Martins:** Existe uma necessidade urgente de reforçar e repensar o diálogo intersetorial.

**Maria Inês:** A lógica neoliberal tem um impacto negativo na humanização do atendimento. Sendo nós a população que mais utiliza o SUS, o observatório deve evidenciar os efeitos e resultados da racionalidade, eficácia e eficiência do sistema, contextualizando a complexidade histórica que exige um pensamento aprofundado sobre o impacto em nossas perspectivas. Em nosso projeto coletivo, somos responsáveis por estimular e estabelecer estratégias efetivas.

O grupo discute a importância de um observatório dedicado à coleta e análise de dados sobre segmentos vulneráveis da população negra no Brasil, como a população em situação de rua, privada de liberdade, quilombolas e comunidades de religião de matriz africana. Destacam a necessidade de criar indicadores específicos para monitorar e avaliar políticas públicas, ressaltando a relevância de dados de diversas fontes, além do Sistema Único de Saúde (SUS).

Defendem que a população deve se apropriar de informações relevantes para exigir políticas que atendam suas necessidades, com o observatório atuando como um mecanismo de empoderamento. Sugerem ainda a integração de dados de diferentes áreas, incluindo direitos humanos, para facilitar a compreensão e a aplicação de políticas públicas.

O grupo compartilha sua experiência com a população encarcerada, predominantemente negra, que enfrenta sérios problemas de saúde mental, enfatizando a urgência de tornar os dados acessíveis para promover a participação ativa na construção e fiscalização de políticas e a necessidade de um observatório que fortaleça o controle social e a participação nas gestões municipais, criticando a falta de cumprimento de diretrizes ministeriais e o difícil acesso a dados adequados.

A mobilização social é apresentada como fundamental para capacitar a população como agente de mudança. O impacto das políticas antirracistas no setor de enfermagem é discutido, com ênfase na precarização do trabalho e na contratação de enfermeiros como microempreendedores individuais. Debatem, aprofundando-se nas condições de trabalho dessas profissionais, que são majoritariamente mulheres negras.

Além disso, ressaltam a importância de reflexões sobre questões centrais, propondo uma análise crítica dos indicadores de saúde e políticas públicas, e convocam a coletividade a assumir responsabilidade pelo presente, aprendendo com o passado, destacando a necessidade de fortalecer a comunicação e a mobilização política.

Os facilitadores Fernando Domene e Sthephany Damasceno realizaram a transcrição das ideias para as cartolinas, evidenciando as seguintes respostas às duas perguntas:

**CONTRIBUIÇÃO PARA O PNSIPN E GRUPOS**

* Publicar o que é feito;
* Alcançar um público, tentando inovar na comunicação, que sofre com os efeitos do racismo;
* Empoderar o espaço do Ministério que monitora e avalia estados e municípios a fim de gerar dados desagregados por município;
* Promover a participação da população no planejamento;
* Coletar dados sobre a população não domiciliada (ex: população em situação de rua, população privada de liberdade, população quilombola);
* Pensar em outros indicadores que alcancem outras populações;
* Focar na população negligenciada e invisibilizada;
* Promover a apropriação dos dados sobre a população para que possam monitorar e serem agentes de mudança;
* Garantir que as informações cheguem aos municípios;
* Fortalecer o diálogo interministerial.

**Resposta das 4ª e 5ª questões, 2024.**

**Laurenice Pires** encerra as atividades do grupo de trabalho, convidando todos a continuar as discussões na plenária do evento, onde serão apresentadas as conclusões dos demais grupos. Ela reafirma, assim, o compromisso com o diálogo e a ação coletiva.